

CONTRATO MPRJ N.º  /2020

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DE ESTÁGIO NÃO FORENSE QUE FAZEM ENTRE SI O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E O CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

PROCESSO SEI-MPRJ 20.22.0001.0015948.2020-12

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, com sede na Avenida Marechal Câmara, n.º 370, Centro, Rio de Janeiro - RJ, inscrito no CNPJ sob o n.º 28.305.936/0001-40, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Exmo. Secretário-Geral do Ministério Público, **Dr. DIMITRIUS VIVEIROS GONÇALVES**, conforme delegação de poderes contidos na Resolução GPGJ n.º 2.378, de 16.12.2020, publicada no DO-e.MPRJ de 17.12.2020, e o **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, associação privada, sem fins lucrativos, com sede na Rua da Constituição, n.º 67, Centro, Rio de Janeiro - RJ, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.661.745/0001-50, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Procurador, **Sr. PAULO PIMENTA GOMES**, portador do documento de identidade nº 015270135, e inscrito no CPF/MF sob o nº 005.421.217-00, celebram o presente instrumento, que será regido pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, e pela Resolução GPGJ n.º 1.658, de 31 de maio de 2011, bem como pelas cláusulas a seguir estipuladas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1- O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços para propiciar a plena operacionalização de estágio a estudantes do ensino médio, do ensino profissional técnico de nível médio, de educação especial e do ensino superior que estejam frequentando, comprovadamente, cursos ministrados em estabelecimentos de ensino oficialmente reconhecidos pelo Ministério da Educação, em conformidade com o anexo I (Termo de Referência), que integra este instrumento, independentemente de sua transcrição, para todos os fins e efeitos jurídicos.

1.2- O estágio profissional mencionado no item 1.1 desta cláusula não compreende o estágio forense, cuja seleção é feita por concurso público, na forma do art. 49 da Lei Complementar n.º 106, de 03 de janeiro de 2003, do Estado do Rio de Janeiro.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1 - A execução do objeto deste contrato será acompanhada pelo Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE** - Diretoria de Recursos Humanos - o qual será, também, responsável pela sua avaliação, recebimento e aceite.

2.2 - A CONTRATADA deverá credenciar, por escrito, junto ao Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE**, um representante com poderes para tomar quaisquer providências relativas ao presente contrato.

2.2- Ambas as partes deverão expedir orientações aos seus agentes sobre os procedimentos a serem adotados na execução deste contrato.

2.3- Cada parte deverá levar imediatamente ao conhecimento da outra ato ou fato que interfira no andamento das atividades deste instrumento, para adoção das medidas cabíveis.

2.4- O **CONTRATANTE** obrigará-se a:

- a)** formalizar as oportunidades de estágio, por meio do Núcleo de Estágio Não Forense, de modo a tentar conciliar, em conjunto com a **CONTRATADA**, os requisitos das vagas de estágio e as exigências das Instituições de Ensino;
- b)** receber os estudantes encaminhados pela **CONTRATADA**, acordando com eles as condições para realização do estágio;
- c)** selecionar os estudantes e informar à **CONTRATADA** o nome dos candidatos que ocuparão as vagas de estágio;
- d)** celebrar com os estudantes os Termos de Compromisso de Estágio, mediante interveniência e assinatura da Instituição de Ensino e da **CONTRATADA**, que deverão zelar por seu cumprimento, sendo vedada a atuação da **CONTRATADA** como representante de qualquer das partes;
- e)** informar à **CONTRATADA**, mensalmente, o nome dos estagiários desligados do Programa de Estágio;
- f)** efetuar o pagamento mensal do valor da bolsa-auxílio e do auxílio-transporte à **CONTRATADA**, que irá repassá-los aos estagiários;
- g)** participar da sistemática de acompanhamento, supervisão e avaliação dos estagiários não forenses;
- h)** promover, em parceria com a **CONTRATADA**, atividades de capacitação para os estagiários e supervisores de estágio, mediante a realização de encontros, cursos e palestras.

2.5- A **CONTRATADA** obrigará-se a:

- a)** relacionar-se com as Instituições de Ensino e com elas celebrar convênios específicos, contendo as condições exigidas para a caracterização e definição dos estágios;
- b)** promover ajustes das condições de estágio, definidas pelas Instituições de Ensino, com as condições/disponibilidades do **CONTRATANTE**, explicitando as principais atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário, observando sua compatibilidade com o contexto do curso de formação do estagiário;
- c)** promover a divulgação das vagas de estágio, mediante solicitação do **CONTRATANTE**;

d) contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme estabelecido no Termo de Compromisso de Estágio;

e) encaminhar ao **CONTRATANTE** estudantes cadastrados e identificados com as oportunidades de estágio, enviando, para cada vaga oferecida, 03 (três) candidatos que atendam ao perfil solicitado pelo **CONTRATANTE**, repetindo o encaminhamento até que a vaga de estágio seja preenchida;

f) promover, em parceria com o **CONTRATANTE**, atividades de capacitação para os estagiários e supervisores de estágio, mediante a realização de encontros, cursos e palestras;

g) celebrar convênios com as Instituições de Ensino, na qualidade de agente de integração;

h) repassar aos estagiários o valor da Bolsa-Auxílio e do Auxílio-Transporte, segundo o cronograma de pagamento estabelecido pelo **CONTRATANTE**.

2.6- Será vedada à **CONTRATADA** a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços mencionados no item 2.5 desta cláusula.

2.7- As atividades a serem realizadas pelos estagiários, compatíveis com a sua área de formação, encontram-se discriminadas no anexo I (termo de referência).

2.8- O estagiário cumprirá, conforme o caso, a carga horária estabelecida no art. 10, I e II, da Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, repartida entre os dias úteis da semana, de acordo com o critério fixado no Termo de Compromisso de Estágio, observado, em qualquer caso, o seu horário escolar, assim como o disposto na referida Lei. A carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade para garantir o bom desempenho do estudante nos períodos de avaliação, caso a instituição de ensino adote verificações de aprendizagem periódicas ou finais.

2.9- Em cumprimento ao inciso I dos artigos 7º e 9º, da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, será firmado entre o **CONTRATANTE** e o estagiário Termo de Compromisso vinculado a este termo, com a interveniência obrigatória da **CONTRATADA**, vedando-se, entretanto, a participação da **CONTRATADA** como representante de qualquer das partes.

2.10- Ambas as partes deverão fiscalizar a matrícula e a frequência regular do estagiário nos cursos por eles frequentados, exigindo-se, periodicamente, a respectiva comprovação.

2.11- A realização do estágio profissional, por parte do estudante, não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1- Dá-se a este contrato o valor global estimado de **R\$ 4.682.880,00** (quatro milhões, seiscentos e oitenta e dois mil e oitocentos e oitenta reais) para a execução do seu objeto, considerando o quantitativo total estimado de vagas de estágio, indicado no item 3.2 do Anexo I.

3.1.1- O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor mensal de **R\$ 36,00** (trinta e seis) reais por estagiário em efetivo exercício.

- 3.2-** Além do pagamento pelos serviços prestados, o **CONTRATANTE** repassará mensalmente à **CONTRATADA** os recursos financeiros referentes à bolsa-auxílio e ao auxílio transporte, que deverão ser transferidos aos estagiários.
- 3.2.1-** A **CONTRATADA** deverá manter organizada a contabilidade do dinheiro público recebido, bem como deverá prestar contas ao **CONTRATANTE**, de forma detalhada, sobre os pagamentos realizados aos estagiários e as despesas efetuadas com a contratação do seguro contra acidentes pessoais, sempre que lhe for solicitado, mediante apresentação dos respectivos comprovantes.
- 3.3-** As formas de pagamento serão as usuais do Estado, através do processo de fatura, de conformidade com a Lei n.º 287/79, mediante crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, dando-se como liquidada a obrigação após o efetivo crédito em conta corrente.
- 3.4-** O pagamento será efetuado mensalmente após o adimplemento das obrigações da **CONTRATADA**, no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de apresentação da fatura no Protocolo-Geral, situado na Avenida Marechal Câmara, n.º 370, térreo, Centro, Rio de Janeiro - RJ, instruída com os necessários atestos do Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE**, no verso da respectiva nota fiscal ou documento equivalente, caso a **CONTRATADA** não seja obrigada a apresentar nota fiscal.
- 3.4.1-** A **CONTRATADA** poderá encaminhar a fatura por e-mail ao Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE**, que deverá protocolar incontinenti a cobrança, através do Protocolo-Geral ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-MPRJ), para efeito do item 3.4 desta cláusula.
- 3.4.2-** Na hipótese do item 3.4.1, a fatura deverá ser encaminhada pela **CONTRATADA**, em dias úteis, até às 15:00 hs. As faturas enviadas após esse horário serão protocolizadas pelo Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE** no primeiro dia útil subsequente.
- 3.4.3-** A ausência de quaisquer documentos ou formalidades relacionadas no item anterior ou no Anexo I (Termo de Referência) acarretará a interrupção do pagamento à **CONTRATADA**, até que seja suprida a exigência.
- 3.5-** Em caso de atraso no pagamento efetuado pelo **CONTRATANTE**, da fatura apresentada pela **CONTRATADA**, esta fará jus à compensação financeira na forma de atualização monetária do respectivo valor, que será feita "*pro rata die*", para tal utilizando-se o menor índice de inflação, correspondente aos dias de atraso, dentre o IGPM/FGV e o IPCA/IBGE, sem prejuízo da incidência dos juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês, "*pro rata die*".
- 3.6-** A compensação financeira e os juros moratórios não incidirão sobre os dias de atraso no adimplemento da obrigação ou na apresentação da respectiva fatura, caso o atraso seja decorrente de fato atribuível à **CONTRATADA** (artigo 40, inciso XIV, alínea "d", da Lei 8.666/93).
- 3.7-** A forma de pagamento especificada no item 3.4 poderá ser modificada, desde que haja interesse do **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA**, sempre no sentido de melhorar o desenvolvimento dos trabalhos para a integral execução do objeto deste contrato.
- 3.8-** O critério de reajuste atenderá o disposto na Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, ou em outra legislação que venha substituí-la, tomando-se como data inicial da contagem da periodicidade anual a data da proposta de preços da **CONTRATADA**.

3.8.1- O índice a ser adotado para o reajuste a que se refere o item anterior será o IPCA/IBGE, admitindo-se, ainda, a livre negociação entre os contratantes, sempre no sentido de se obter preço mais vantajoso para a Administração, em atenção aos princípios da eficiência e da economicidade.

3.9- O reajuste não se operará automaticamente e dependerá de solicitação expressa da **CONTRATADA**, no prazo máximo de 30 dias, contado do termo final do período anual a que se refere o item 3.8.

3.9.1- Caso não seja observado o prazo fixado no subitem 3.9, o reajuste somente surtirá efeitos a partir da data em que efetivamente for veiculado o requerimento por meio do Protocolo-Geral do MPRJ ou de e-mail dirigido ao Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE**.

3.9.2- Em qualquer hipótese, o reajuste será calculado considerando, no máximo, a variação do índice acumulado desde a data do orçamento em que se baseou a proposta de preços ou do último reajuste concedido.

3.10- Será descontado de pagamento devido pelo **CONTRATANTE** o valor de eventual multa imposta à **CONTRATADA** em razão de infração ocorrida durante a execução contratual.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1 - O prazo de vigência deste contrato será de 60 (sessenta) meses, com início em 18 de dezembro de 2020 e término em 17 de dezembro de 2025.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1- Durante a execução do objeto deste contrato, fica reservada ao Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE** autonomia para dirimir e decidir todos e quaisquer casos ou dúvidas que venham a surgir e/ou fugir da rotina, ou que não tenham sido previstos neste contrato e seus Anexos.

5.2- O Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE** efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços objeto deste contrato, podendo, a qualquer tempo, exigir da **CONTRATADA** que forneça os elementos necessários ao esclarecimento de quaisquer dúvidas relativas aos serviços, tais como dados estatísticos, demonstrativos de custos, notas fiscais, mapa de registro e controle dos serviços, etc.

5.2.1- A **CONTRATADA** deverá acatar a fiscalização do Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE** quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo a todas as solicitações de informações.

5.3- A fiscalização efetuada pelo Órgão Fiscalizador não exclui nem reduz as responsabilidades da **CONTRATADA** perante o **CONTRATANTE** e/ou terceiros.

5.4- Qualquer comunicação ou notificação do **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** deverá merecer resposta conclusiva e por escrito no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contadas do seu recebimento, submetendo-se, a **CONTRATADA**, às sanções e penalidades cabíveis, caso tal determinação não seja cumprida.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA PRORROGAÇÃO E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

6.1- O presente contrato poderá, a critério do **CONTRATANTE** e atendendo aos pressupostos de conveniência e oportunidade administrativas, ser prorrogado e alterado nos termos da Lei n.º 8.666/93.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES

7.1- A **CONTRATADA** será a única responsável pelas obrigações decorrentes dos contratos de trabalho de seus empregados, inclusive por eventuais inadimplementos trabalhistas em que possa incorrer, não podendo ser arguida solidariedade nem responsabilidade subsidiária do **CONTRATANTE**, não existindo, por conseguinte, qualquer vinculação empregatícia entre seus empregados e o **CONTRATANTE**.

7.2- A **CONTRATADA** se obriga a manter, por sua conta exclusiva, em companhia seguradora de idoneidade reconhecida, todos os seguros exigidos por lei, com vigência durante todo o período contratual, sendo a única responsável por quaisquer danos que venha a sofrer, ou que venham a sofrer os seus empregados, prepostos e terceiros, independentemente de dolo ou culpa, decorrentes de sinistros ocorridos durante a execução e/ou em razão da execução dos serviços, nas dependências, instalações, materiais e equipamentos do **CONTRATANTE**.

7.3- A **CONTRATADA** será responsável pela salvaguarda da integridade física do seu pessoal e de terceiros, bem como de seus bens materiais, sendo de sua exclusiva responsabilidade a adoção de todas as medidas de segurança contra acidentes que impliquem em risco de vida ou danos materiais. Para tal, a **CONTRATADA** deverá cumprir fielmente o estabelecido na legislação em vigor no que concerne à segurança do trabalho, bem como deverá obediência a todas as normas que devam ser adotadas, ficando, em consequência, por sua conta e responsabilidade qualquer dano que venha a ocorrer.

7.4- A **CONTRATADA** será responsável pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, subordinados ou prepostos e, ainda, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas, e por todos os danos que, a qualquer título, causar ao **CONTRATANTE**, bem como a terceiros, em virtude da execução do objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores.

7.5- Os danos que venham a ocorrer serão ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo estipulado na notificação administrativa à **CONTRATADA**, sob pena de multa.

7.6- O custo decorrente do fornecimento dos demais serviços, assim como quaisquer ônus, taxas e emolumentos que sobre este recaiam, correrão única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da **CONTRATADA**.

7.7- A **CONTRATADA** obriga-se a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação (artigo 55, XIII, da Lei 8.666/93).

7.8 - O Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE** ou os órgãos do **CONTRATANTE** responsáveis pelo pagamento das faturas poderão, a qualquer tempo, durante o período contratual, exigir a comprovação da regularidade jurídica e fiscal da **CONTRATADA**.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1- Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da lei civil, a **CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes sanções administrativas:

I - Advertência;

II- Multa de mora, no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil de atraso injustificado no adimplemento da obrigação, calculada sobre o valor contratual atualizado correspondente à parcela de execução em atraso, até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do presente contrato;

III- Multa pela inexecução total ou parcial do contrato, graduável conforme a gravidade da infração, no percentual máximo de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato ou do empenho;

IV- Suspensão temporária da faculdade de licitar e impedimento de contratar com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

V- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos da lei.

8.2- As multas previstas no item 8.1 II e III podem ser aplicadas isoladamente ou em conjunto com quaisquer das demais penalidades e têm o objetivo de reprimir, em especial, condutas que tenham gerado prejuízo pecuniário ou imprimir maior proporcionalidade entre a conduta praticada e a resposta da Administração, em especial nos casos de reincidência.

8.3- A **CONTRATADA** que praticar quaisquer das condutas elencadas no inciso IV do art. 5º da Lei n.º 12.846/2013, ficará sujeita às sanções previstas no art. 6º, I e II, do mesmo diploma legal.

9. CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1- O **CONTRATANTE** poderá rescindir o presente contrato caso ocorram quaisquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos I a XII e XVII da Lei 8.666/93, por ato unilateral e escrito, na forma do art. 79, inciso I e parágrafo 1º, da mesma Lei.

9.1.1- Constituem motivos para a rescisão deste contrato, além daqueles especificados no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, o fato de a **CONTRATADA**:

a) sofrer protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade jurídico-financeira;

b) quebrar o sigilo profissional;

c) utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições ora contratadas;

d) vier a ser declarada inidônea ou punida com proibição de licitar por qualquer órgão da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

9.2- Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, na forma do art. 79, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93.

9.3- A rescisão do contrato poderá ocorrer, também, de forma amigável, nos termos do artigo 79 da Lei 8.666/93.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DOS TRIBUTOS E DESPESAS

10.1- Constituirá encargo exclusivo da **CONTRATADA** o pagamento de tributos, custos e emolumentos decorrentes da execução deste contrato, bem como de quaisquer despesas decorrentes da sua formalização, devendo ser observadas, se for o caso, as disposições do Convênio ICMS nº 026/03, regulamentado pela Resolução SER nº 047/03, na ocasião da emissão da Nota Fiscal.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA.

11.1- O presente contrato não pode ser objeto de cessão ou transferência, a qualquer título, no todo ou em parte.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DESPESA

12.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta do Programa de Trabalho n.º 1001.03.122.0028.2164, Elemento de Despesa n.º 3.3.90.39.33, do orçamento de 2020, ficando o complemento das despesas por conta dos orçamentos relativos aos exercícios subsequentes.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

13.1 - O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (DOe-MPRJ): www.mprj.mp.br), no prazo estabelecido no artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

13.2- Após a publicação, a cópia digitalizada do presente instrumento será disponibilizada no Portal da Transparência do MPRJ e enviada por correio eletrônico à **CONTRATADA**.

13.3- Se houver, a via física original da **CONTRATADA** ficará disponível para retirada na Diretoria de Licitações e Contratos do MPRJ, durante o prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação do extrato, findo o qual será descartada.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

14.1 - O presente termo é celebrado por dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, XIII, da Lei n.º 8.666/93, conforme justificado nos autos do processo SEI-MPRJ 20.22.0001.0015948.2020-12.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - O foro do presente Contrato será o da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, excluído qualquer outro.

Por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo qualificadas.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2020.

**DIMITRIUS VIVEIROS
GONCALVES:6014669
9653**

Assinado de forma digital por
DIMITRIUS VIVEIROS
GONCALVES:60146699653
Dados: 2020.12.18 20:40:32 -03'00'

DIMITRIUS VIVEIROS GONÇALVES

Secretário-Geral do Ministério Público

**PAULO PIMENTA
GOMES:
00542121700**

Assinado digitalmente por PAULO PIMENTA GOMES:
00542121700
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=ARSPERPRO, OU=RFB
e-CPF A3, CN=PAULO PIMENTA GOMES:00542121700
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2020-12-18 15:02:53
Foxit Reader Versão: 10.0.0

PAULO PIMENTA GOMES

Centro de Integração Empresa-Escola do Estado do Rio de Janeiro

**TATIANE
SOARES SANTOS
DE OLIVEIRA:
15041976740**

Assinado digitalmente por TATIANE SOARES
SANTOS DE OLIVEIRA:15041976740
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=presencial,
OU=33683111000107, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=ARSPERPRO,
OU=RFB e-CPF A1, CN=TATIANE SOARES
SANTOS DE OLIVEIRA:15041976740
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2020-12-18 15:03:37
Foxit Reader Versão: 10.0.0

Testemunha
CPF n.º

Testemunha
CPF n.º